

A CLASSE MÉDIA MACHADIANA

ICARO CARVALHO*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL),
Porto Alegre, RS, Brasil.

Recebido em: 12 set. 2019. Aprovado em: 18 fev. 2020.

Como citar este artigo: CARVALHO, I. A classe média machadiana. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 20, n. 3, p. 118-136, set./dez. 2020. doi: 10.5935/cadernosletras.v20n3p118-136

Resumo

Este trabalho almeja, por meio do exemplo de alguns contos selecionados escritos por Machado de Assis, melhor entender a engrenagem social que movia a cidade do Rio de Janeiro, e por consequência o país, na virada para o século XX. Em uma sociedade recentemente liberta da escravidão, o escritor narra personagens que flutuam por entre diversas camadas e que, quando dispostas, compõem a representação aqui alvo de análise na busca das características desse momento em que o país se transformava em uma livre república, mas incapaz de propiciar mínima mobilidade social.

* E-mail: icarokc@outlook.com
 <https://orcid.org/0000-0003-0158-9681>

Palavras-chave

Machado de Assis. Sociedade. Mobilidade.

O fundador da cadeira de número 23 da Academia Brasileira de Letras alcançou seu sucesso primordialmente por seus romances, de recepção estrondosa tanto por parte de público quanto de crítica, que retratavam a elite carioca nos anos que transitavam por entre períodos monárquicos ou republicanos. Machado de Assis origina-se de um pai descendente de escravos e de uma mãe portuguesa, quase alçando-o a suficiente exemplo de uma representação clara acerca do estereótipo miscigenado do brasileiro, de condições limitadas, mas que, com o folhear de suas páginas em anos de vida, passa a frequentar localizações mais nobres da capital fluminense do que aquele humilde nascimento no Morro do Livramento. Machado, de acordo com o censo demográfico do Brasil de 1872, viveu em um estado no qual mais de um terço da população ainda vivia escravizada, a ascensão não somente social, bem como intelectual, de um descendente do lado oprimido vem a ser uma das fontes mais interessantes quando se almeja entender como o jogo social carioca apresentava-se às portas da *belle époque*.

Para entender ainda melhor o contexto no qual Machado de Assis estava inserido, é preciso notar que, ainda de acordo com o censo supracitado, a capital fluminense, então tido município neutro, possuía aproximadamente 100 mil pessoas capazes de ler e escrever, dentre estes apenas 329 escravos, enquanto outras 126 mil eram reconhecidas como analfabetas. Os números já seriam alarmantes por si sós, no entanto, quando se entende que se fala sobre a capital de um império, os números parecem pesar ainda mais. Em outras palavras, menos da metade da população era capaz de ler e, sem sombra de dúvidas, menor ainda era o número daqueles com condições de despender tempo e dinheiro em leituras de ficção por simples prazer. Machado escrevia para poucos e, superficialmente, poderia entender-se que talvez por conta disso seus escritos privilegiassem as classes mais abastadas como personagens principais, afinal, apelar para a autoidentificação dos leitores era uma estratégia inteligente quando se confrontava com um país que não lia por não saber ler. Assim, muitos dos personagens apareciam nos donos de escravos, nas viúvas, nos jovens advogados, políticos, médicos, nos casais de namorados e em tantos outros abastados cariocas.

Não é surpresa entender como as críticas recaíam sobre um mulato de origem humilde que escrevia apenas sobre a elite social de sua cidade, escrevendo pouco tempo em cena para aqueles mais próximos daquela que um dia fora sua camada social. Tendo em mente os dados oriundos dos estudos socio-geográficos e também o extenso número de escritos sobre os pobres *versus* os ricos em Machado, propõe-se aqui tentar visualizar e entender como funciona o entremeio social presente na cidade do Rio de Janeiro: a classe média. Não apenas pelas suas poucas aparições diretas nos seus romances, mas também pela dinamicidade presente nos escritos curtos machadianos, escolheu-se trabalhar com alguns dos contos que se julga exercerem certa capacidade em exemplificar essa classe tão pouco exposta por Machado e também de caráter tão duplo na sociedade à época. Os dois lados da classe média ficam evidentes desde sua difícil definição, até mesmo nos dias atuais, uma vez que são pessoas – geralmente tidas como liberais ou funcionárias públicas – de privilégios e obrigações distantes tanto da classe mais alta quanto dos escravos ou recém-libertos. Para exemplificar essa dualidade, há as leis para voto e candidaturas que vigoraram no Brasil por tempo demasiado e que consistiam em um valor específico de renda mínima anual para poder votar e um valor ainda maior para poder candidatar-se a algum cargo político. Assim, o recorte da classe média mais preciso a ser defendido aqui é ser capaz de votar, mas não ter as condições financeiras de lançar-se candidato. Em outras palavras, à classe mais baixa negava-se o direito ao voto, a classe intermediária possuía renda suficiente para escolher, mesmo que não de forma direta, seus candidatos, enquanto a classe abastada, a mais representada por Machado, consistia naqueles indivíduos abastados economicamente a ponto de poderem pleitear vagas de deputados ou senadores.

A RÁPIDA CLASSE MÉDIA MACHADIANA

Definindo-se a classe média real do século XIX, passa-se àquela que de vez ou outra habitava rapidamente, ou sorrateiramente, as linhas machadianas. Esses personagens eram capazes de receber o suficiente para uma vida confortável a ponto de consumirem lazeres culturais ou de vez ou outra praticarem o cobiçado ócio, no entanto, ao mesmo tempo, isso somente poderia ocorrer por conta de seus trabalhos formais no mercado. O recesso dava-se na

maior parte do tempo aos domingos ou em outras ocasiões especiais e era justamente nesses momentos que Machado centrava a maior parte das narrativas, mesmo que esse momento de ócio quase pecaminoso no qual a classe média almejava ser superior dependesse exclusivamente do seu trabalho exaustivo durante todos os outros momentos não narrados por Machado. Nos contos selecionados, raras são as vezes em que vemos um personagem em seu ofício, o palco machadiano é o oposto, é o momento em que se pode ter o luxo de não produzir capital por meio dos envergonhantes empregos excluídos do *glamour* da Corte.

Portanto, almejando explorar essas personagens e suas aparições do modo mais amplo possível, escolheu-se os contos de Machado de Assis “A senhora do Galvão”, incluído em *Histórias sem data*, “Uns braços” e “O enfermeiro”, pertencentes à coletânea *Várias histórias*, “O caso da vara”, presente em *Páginas recolhidas*, “Pai contra mãe” em *Relíquias da casa velha*, e “Virgínius”, originalmente escrito em 1864. A escolha deu-se por aparentarem demonstrar e narrar mais sobre a tão pouco trabalhada classe média, seja por meio de seus protagonistas, personagens secundários ou apenas lampejos do contexto social que se esconde por trás das histórias machadianas. Assim, após uma definição a partir do censo à época, a classe média em Machado se apresenta exatamente como um universo em que não há menções ao trabalho, mesmo que essa atmosfera só seja possível graças ao ofício exercido de segundas a sextas, afinal, para a classe média, só há a possibilidade da existência de um ou dois dias de lazer e sem serviço por causa daqueles outros cinco dias em que se vende a força de trabalho por um salário distante tanto dos escravos quanto dos abastados.

A esfera do trabalho dos homens livres no Rio de Janeiro, uma vez que Machado passa a narrar a partir da elite carioca, não está exposta na maior parte das linhas do escritor, mas, nos momentos em que se mostra presente, aparece de forma velada quase dissimulada, como pode-se ver no trecho retirado do conto “A senhora do Galvão”:

- Este parece melhor que o outro, aventurou a mucama.
 - Não sei... disse a senhora, chegando-se mais para a janela, com os dois nas mãos.
 - Bota o outro, nanhã.
- A nanhã obedeceu. Experimentou cinco xales dos dez que ali estavam, em caixas, vindos de uma loja da rua da Ajuda. Concluiu que os dois primeiros eram os melhores; mas aqui surgiu uma complicação – mínima, realmente – mas tão

sutil e profunda na solução, que não vacilo em recomendá-la aos nossos pensadores de 1906. A questão era saber qual dos dois xales escolheria, uma vez que o marido, recente advogado, pedia-lhe que fosse econômica. Contemplava-os alternadamente, e ora preferia um, ora outro. De repente, lembrou-lhe a aleivosia do marido, a necessidade de mortificá-lo, castigá-lo, mostrar-lhe que não era peteca de ninguém, nem maltrapilha; e, de raiva, comprou ambos os xales (ASSIS, 2005, p. 127).

Há diversos aspectos nesse único trecho que são capazes de corroborar tanto as ideias já expostas quanto as que ainda aparecerão neste escrito, uma vez que “A senhora do Galvão” retrata justamente uma típica casa de classe média carioca do século XIX. Maria Olímpia – tratada no trecho como Nhã-nhã – figura como a esposa do advogado Galvão que até o momento trilha sua ascensão na Corte, sendo, por conta disto, o dinheiro ainda uma preocupação para o casal. Sabendo disso, Maria Olímpia, como forma de punição às traições do marido, escolhe dois xales e não apenas um, fazendo com que a vingança atinja justamente aquilo que mais parece afetar o advogado recém-formado: o dinheiro. Há ainda de se notar que o dinheiro aqui não aparece em extremos como comumente acontece nos escritos de Machado, onde, por exemplo, as personagens possuem vasta quantidade de posses num momento e em outro encontram-se falidas. Galvão, pelo contrário, cumpre horários comerciais – deveria chegar em casa às quatro da tarde caso não estivesse envolvido em um romance extraconjugal – e planeja sua economia em busca de ascensão socioeconômica, sem gastos nem ganhos exorbitantes. Assim, a maneira como Maria Olímpia busca revide é gastando mais do que o combinado entre ela e Galvão, boicotando com o possível combinado.

A classe média machadiana, por mais que escassa, mostra-se precisa quando como objeto de representação à realidade, visto que esse grupo social possui bens que permitem certa fruição ao mesmo passo em que não é capaz de abdicar do ofício formal. Maria Olímpia é uma dona de casa que, além de possuir uma “mucama” – permitindo-lhe certo tempo até para leitura de revistas de moda, uma vez que não terá o serviço doméstico inteiramente por sua conta –, também se encontra numa posição capaz de poder ir vez ou outra ao teatro encontrar-se com a alta sociedade da Corte. No entanto, tais prazeres só são obtidos por meio do esforço físico do ofício de Galvão, sendo estes momentos justamente a principal característica dessa classe média: a capacidade de flertar com os privilégios de ter acesso à arte e uma empregada, ou escrava, mas sem perder o foco de suas economias mensais.

Conforme Galvão prospera no campo da advocacia, Maria Olímpia se decide por não levar as denúncias de adultério em conta; a esposa opta por anestesiar-se de qualquer sentimento sobre o caso de Galvão com a viúva do brigadeiro, pois estabelece para si também um plano de ascensão, mesmo que de forma unicamente social por entre os cada vez mais altos círculos da capital do império. Maria Olímpia, talvez com toda a consciência de como o jogo social funcionava à época, abstém-se de uma reação típica perante a infidelidade do marido, afinal, conforme Galvão for ascendendo, a esposa também passa a ter mais e mais benefícios. Essa falta de reação acontece de forma muito lógica, Maria Olímpia sabe que, quando se está numa classe que ainda sofre constantes ameaças de rebaixamento ou estagnação, ter um planejamento capaz de ignorar momentos críticos parece ser a melhor das ideias em prol do objetivo final de ascensão, mesmo que isso signifique ter de relevar os atos de seu companheiro.

Assim, a classe média muito rapidamente passa pela cena nos contos de Machado, em uma pincelada ou outra se pode raciocinar sobre momentos vitais para o entendimento de uma camada social tão complexa quanto essa. O excerto indicado anteriormente revela ainda a figura dessa “empregada doméstica” que ajudava e acompanhava a sua senhora nos afazeres domésticos ou em saídas pela cidade, no entanto deve-se ter atenção ao termo “mucama” empregado na narração, pois isso pende muito mais para o lado escravocrata do que para um emprego formal e assalariado, como pode ser visto no livro *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco (2003, p. 115, grifos do autor):

Em qualquer número de um grande jornal brasileiro – exceto, tanto quanto sei, na Bahia, onde a imprensa da capital deixou de inserir anúncios sobre escravos – encontram-se, com efeito, as seguintes classes de informações que definem completamente a condição presente dos escravos: anúncios, de compra, venda e aluguel de escravos, em que sempre figuram as palavras *mucama, moleque, bonita peça, rapaz, pardinho, rapariga de casa de família* (as mulheres livres anunciavam-se como senhoras a fim de melhor se diferenciarem das escravas).

Desse modo, como uma forma de suavização e também de delimitação da função do escravo, “mucama” passa a designar justamente a função de “escravas de portas adentro” (SCHWARCZ; GOMES, 2018), responsáveis por serviços domésticos que variavam desde cozinheiras e costureiras a até mesmo amas de leite dos filhos de suas senhoras. Portanto, a classe média machadiana não

abdicava de possuir escravos, e esse aspecto, com a já citada capacidade de votar, era um dos grandes pontos que distinguiam os pequenos burgueses das camadas sociais menos favorecidas economicamente da Corte à época: a diferença entre gerir um pequeno número de escravos – podendo algumas vezes ser constituído por apenas um – e conviver com escravos, mesmo sendo um trabalhador livre, ou descender diretamente de escravos libertos. A classe média parecia construir trincheiras cada vez mais intransponíveis entre a base da pirâmide, como acontece no conto “Pai contra mãe”, em que o trabalhador braçal pobre divide o ambiente com os escravos, quase que como um ambiente geográfico que a classe média insiste em evitar na cidade, para não precisar arcar com a visualização física e palpável da exploração exercida em prol de suas ascensões.

Em “Pai contra mãe”, Machado de Assis (1994b) narra sobre Cândido Neves e a sua inadequação ao ofício formal, resultando na sua ocupação como caçador de escravos, cujo *status* adequava-se sempre ao mais baixo nível social, como nos mostra o narrador em:

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Cândido Neves, – em família, Candinho, – é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidios. Tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo.

Há diversos pontos notáveis no excerto selecionado, mas um dos mais chamativos, mesmo que tão curto, acontece quando Machado diz que Cândido Neves “cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidios”, onde fica passível de entendimento que a sua pobreza acontece justamente no momento em que decide executar o trabalho de caçador de escravos. Essa pobreza dá-se financeira de modo evidente, mas principalmente de modo social, uma vez que o personagem agora se encontra no ponto limítrofe entre os trabalhadores libertos e os escravos, funcionando como uma das trincheiras impostas pela classe média que impossibilitam a dinâmica de classes na Corte,

afinal Cândido Neves, uma vez condicionado à pobreza e à falta de oportunidades, acaba sendo relegado a um subemprego. Não são poucos os motivos que nos levariam a entender que o personagem principal de “Pai contra mãe” não será capaz de mover-se por entre as camadas sociais por conta de seu emprego, que mais fornece um alívio temporário do que uma mínima estabilidade para que se possa pensar naquele já citado planejamento econômico, como faz o advogado de “A senhora do Galvão”. Com isso, crescem ainda mais as fronteiras entre classes, dada a sua imobilidade quase congelada mesmo que sob o sol carioca, já que os trabalhos e as oportunidades para cidadãos livres se esmigalham entre subempregos ou empregos de exploração que contribuem mais com a riqueza das classes superiores do que com uma melhoria na qualidade de vida daqueles que vendem sua mão de obra.

A FORÇA DE TRABALHO CARIOCA

À vista disso, Cândido Neves, mesmo sendo um homem livre, não integra a classe média, mas, pelo contrário, serve às comodidades desta para que mantenha o jogo de classes da forma em que se apresenta. O personagem aparece distante da linha divisória para buscar alguma ascensão, no entanto há outros personagens machadianos em situações que, ao olhar de uma leitura nem tão profunda, parecem assemelhar-se mais com Cândido Neves do que com Maria Olímpia; como é o caso de Damião em “O caso da vara”. Nesse conto, podemos entender uma relação de três poderes coabitando o mesmo espaço: Sinhá Rita, Damião e Lucrecia. Relacionando com os dois últimos contos analisados, Sinhá Rita está em um nível socioeconômico semelhante ao do advogado Galvão, muito por conta da capacidade financeira de possuir escravos e prestar favores a partir de sua influência no coletivo da cidade, uma vez que seu protegido Damião recorre à Sinhá Rita no intuito de conseguir evadir o seminário de padres. Damião funciona no jogo de classes algumas hierarquias abaixo de protetora, já que não pode, por conta própria, tomar decisões por si mesmo, tendo pouco ou nenhum poderio econômico. O jovem aspirante à batina encontra-se muito mais próximo da situação de Cândido Neves do que de algum outro personagem abordado aqui, mesmo com todas as diferenças evidentes entre as duas figuras – Damião ainda é hábil em buscar ofício formal, bem como possuir alguém que o apadrinhe –, ambos são os responsáveis por

colher as migalhas deixadas pelos mais bem-afortunados, seja como depender da escolha de outrem para definir seu futuro, seja depender da fuga de escravos para aos poucos adiar sua eventual bancarrota.

Ainda seguindo a hierarquia estabelecida nos tempos da Corte, a escrava Lucrecia ocupa uma posição de submissão tanto à Sinhá Rita quanto a Damião, no entanto, por ser uma escrava atuante dentro de casa, exerce sua configuração de “mucama” semelhante à “ajudante” de Maria Olímpia. Essa bizarra pirâmide social, que abarcava diversos tipos dentro do mesmo ambiente, funcionou como uma das principais forças motrizes brasileiras em que se mantinham as classes, dificultando ou quase impossibilitando ascensões daqueles que não herdaram ao menos oportunidades de seus antepassados. Há ainda, dentro dessa engrenagem, a figura que representava o ganha-pão de Cândido Neves em “Pai contra mãe”: o escravo braçal fugitivo. Esse grupo figura ainda diferente do de Lucrecia, uma vez que não é permitido dentro das casas dos proprietários brancos e deve exercer trabalhos ainda mais pesados fisicamente do que os daqueles que executam trabalhos domésticos. Por conta disso, não há espanto em notar que esses são os tipos que mais buscam a liberdade, sendo aqueles aos quais Cândido Neves acaba por punir em busca do próprio sustento. Essa coexistência fica evidente no trecho que Machado parece fazer questão de demonstrar uma brutalidade velada que se acostumava estranhamente ao cotidiano brasileiro aos moldes de um hospedeiro, pois, ao que parece, de tanto ocorrer, por meio de suas repetições, o grotesco tornava-se plenamente habitável e corriqueiro.

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista.

– Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...

– Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

– Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita (ASSIS, 1994a).

O excerto revela muito do modo de funcionamento da engrenagem social presente no Rio de Janeiro durante a metade final do século XIX, período que inusitadamente flerta com a glamorosa *belle époque*. O favor e o compadrio seguem como uma das mais fortes expressões da cultura brasileira, bem como o privilegiar oportunidades que possam favorecer os próprios interesses. Damião, após recorrer à Sinhá Rita para fugir do celibato, vê-se na situação de tomar partido em prol da protetora que irá ajudá-lo nessa questão ou em prol da escrava apadrinhada que atrasou o serviço justamente por conta do próprio Damião. De forma não menos machadiana, o narrador ainda mostra o conflito do personagem antes de tomar sua decisão em ajudar aquela que pode vir a ajudá-lo. Damião opta por manter aberta a oportunidade de escapar do ofício de padre por meio da ajuda de Sinhá Rita, privilegiando os próprios interesses, mesmo sabendo da violência descabida que Lucrecia viria a sofrer com a vara. Essas três figuras distintas habitaram a mesma cena em uma relação de dependência entre si, enquanto, ao mesmo tempo, buscaram realizar as próprias aspirações. Sinhá Rita possui uma espécie de proteção com Damião, que por sua vez busca fazer de tudo para agradar e bajular a Sinhá, uma vez que não possui autonomia suficiente para resolver os próprios conflitos. Já Lucrecia, por motivos óbvios, opera o elo mais fraco da tríade, visto que ela depende de Sinhá Rita para continuar tendo privilégios perante outros escravos, ainda que isso signifique castigos físicos, mesmo sabendo que não haverá ascensão social alguma e Lucrecia operará sempre o mesmo papel frágil e instável na Corte carioca.

Há, no conto “Uns braços”, também uma situação de compadrio muito semelhante com essa apresentada entre Damião e a Sinhá. Na história, expõe-se o menino Inácio apadrinhado por uma família mais abastada à qual pertence Severina, que hierarquicamente ocupa uma posição superior à de Inácio, narrativa muito semelhante à relação de dependência entre os protagonistas de “O caso da vara”. O menino deve exercer trabalhos para o dono da casa que, em troca, disponibiliza um teto e, possivelmente, oportunidades melhores do que as que a família do garoto poderia vir a propiciar-lhe. Essa relação parecia ser frequente na Corte, uma vez que é descrita algumas vezes na literatura brasileira, e, mesmo que não se possa afirmar com absoluta certeza a origem desse vínculo, é possível que o solicitador Borges esteja prestando um favor ao pai do menino, que por sua vez deverá recompensá-lo de alguma forma. Esse elo geralmente recai sobre algum trabalhador livre que não possui influência ou o

capital necessário para fazer a própria vida da forma que gostaria, e para isso precisa de uma pessoa dotada dessas suas carências, que seja capaz de fornecer estudo, oportunidades e empregos melhores do que aqueles que viria a conseguir somente por sua conta. Assim, tanto a Sinhá quanto Severina e o solicitar Borges detêm uma certa importância na sociedade em que habitam e acabam apadrinhando jovens – Damião e Inácio – para que estes sirvam de alguma ajuda em troca de certo conforto e recursos para buscar melhores condições de vida.

Essa sociedade é dotada de um atraso social, no mínimo notável e singular, como visto nos castigos físicos impostos aos ainda escravos e na troca de favores que operavam em uma comunidade complexa. A população, mais em contrapartida ao compadrio escravocrata, seguia os princípios europeus à risca até demais – fabricando casas e roupas voltados para o clima frio, por exemplo –, ao mesmo tempo que era incapaz de voltar-se a si própria e, com originalidade, arcar com os próprios desafios ao desenvolvimento. É claro que a escravidão operava como um mecanismo vital para a existência da classe média, mas, ao mesmo tempo, esse mecanismo buscava ser apagado da vida na Corte, como já visto aqui. Os que viviam na linha entre classe média e classes ainda mais altas buscavam negar essa existência escravocrata nas ruas de suas cidades. Prova disso acaba sendo descrita em *Ordem médica e norma familiar*, de Jurandir Freire Costa (1979), em que, como forma de apaziguar as próprias discrepâncias sociais, a “higiene” tratava de manter a mulher em casa para que ela não viesse a entrar em contato justamente com aquela engrenagem que mantinha as classes. Os escravos eram mantidos escondidos dos próprios opressores e vistos como o pior que as ruas poderiam oferecer.

A rua colonial era um local reservado a homens, vagabundos, capoeiras, ciganos, ladrões, negros, quadrilheiros, prostitutas, mendigos ou penitentes. A mulher de elite evitava-a. Quando, eventualmente, saía às ruas recobria-se com mantilhas, que protegiam-na da indiscrição pública e exibiam seu pudor senhorial. Essas raras ocasiões estavam rigidamente previstas: passeios com a família por ocasião de festas públicas e obrigações religiosas (COSTA, 1979, p. 119).

Costa (1979) nos apresenta uma Rio de Janeiro da metade para o final do século XIX em que a classe média almejava ser, ou ao menos parecer, tão europeia quanto os seus antepassados, mesmo vivendo sob o sol tropical e suas nuances tão particulares. Na busca desse objetivo, as famílias minimamente

abastadas desejavam ser pessoas tão brancas – ou até mesmo pálidas – quanto os europeus, fazendo com que mulheres e crianças permanecessem dentro das casas reclusando-se do sol e sem qualquer atividade física. Além dos óbvios problemas de saúde originados dessa prática, o autor ainda revela que as casas seguiam o padrão de construção europeu, porém com o típico jeitinho brasileiro em que materiais baratos visavam ao *glamour* dos romances franceses, como fica evidente em:

As casas eram mal construídas, escuras e úmidas não só pela ignorância médica dos proprietários. Grande parte do capital empregado na construção de imóveis vinha diretamente de antigos traficantes de escravos, impossibilitados de continuarem seu comércio. [...]. Naturalmente, nem sempre essas aquisições favoreciam a saúde e a higiene defendidas pelos médicos. Essa europeização dos hábitos, observava um deles, fazia das habitações “verdadeiras estufas onde o calor é concentrado por tapetes, vidraças e ferros, não só caros e desnecessários, mas diretamente contrários à saúde” (COSTA, 1979, p. 112-113).

Assim, como já mencionado, a sociedade brasileira privilegiada economicamente propunha-se a construir, de forma exagerada, uma “Paris dos trópicos” baseando-se completamente na vida europeia, ignorando todas as diferenças geográficas e culturais existentes entre o Rio de Janeiro e as capitais culturais do Velho Continente. Costa (1979) traz argumentos que corroboram essa tese em que não somente a elite carioca, mas também a esguia classe média, buscava seguir moldes europeus de vida e de habitação, com casas escuras e úmidas que mais propiciavam aquecimento do que ventilação. Não foram poucos os equívocos nessa transposição, ou pastiche, de vivências de um continente ao outro, porém, a certa altura, almejando até mesmo uma aceitação da elite europeia, buscou-se na Corte uma melhoria na higiene de forma eficaz por meio de um mínimo planejamento aceitável, uma vez que doenças se proliferavam aos montes na capital do país. Dessa forma, o Estado buscou fazer com que as habitações fossem normatizadas, bem como roupas e o modo de vida dos habitantes do Rio de Janeiro, sob pretexto de estar contendo a disseminação de pestes. O meio encontrado foi por meio das teorias higienistas, em que casas de famílias burguesas passaram por remodelamentos, seguindo ainda exemplos europeus, mas, dessa vez, com atenção aos detalhes que diferenciavam para o calor escaldante.

Nesse entremeio, criou-se a oportunidade ideal para afastar ainda uma outra diferença clamorosa entre os dois lados do Atlântico: a ainda existência

do trabalho escravo, principalmente dentro das residências médias ou de classes altas. O escravo passa a representar a personificação das doenças e dos males existentes na comunidade, e, uma vez que isso não era tolerado em Paris, por exemplo, uniu-se um aspecto a outro para empurrar os negros ainda mais à margem da sociedade. As camadas mais elevadas viam, por meio do contato com camadas menos afortunadas, o perigo do contato anti-higiênico e, por consequência, do contágio. Tais afirmações são corroboradas em mais um trecho de Jurandir Freire Costa (1979, p. 121-122):

A felicidade física e racial, a riqueza econômica e espiritual, prometida pela higiene à família branca, não podiam estender-se ao escravo. Ele deveria continuar na posição em que sempre estivera. No entanto, sua função tinha que ser transformada. Cúmplice no funcionamento da casa antiga, deveria tomar-se agente de mudança familiar. O problema consistia, portanto, em modificá-lo higienicamente, sem alterar sua posição social e seu estatuto civil. Os médicos criaram, então, um outro procedimento tático: inverteram o valor do escravo. De “animal” útil ao patrimônio e à propriedade, ele tomou-se “animal” nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar foi, deste modo, garantido. Alinhado junto com “miasmas”, “insetos”, “maus-ares” e maus hábitos, o escravo tornou-se o veneno que a família absorvia, acreditando alimentar-se. A medicina apresentava-o como fonte de doenças orgânicas [...].

Assim, e também sob argumentos de que o escravo geraria a preguiça, a indolência, a vaidade, a soberba e a tirania de seu senhor, a sociedade carioca buscava enquadrar-se aos ideais modernos que vigoravam na Europa. Essa tentativa não buscou tentar excluir a escravidão ou propiciar oportunidades para que todos os integrantes da cidade tivessem parte na “higiene”, pelo contrário, decidiu por extingui-los dos ambientes compartilhados, marginalizando e afastando ao máximo o negro, já que dessa vez possuíam respaldo médico para tal ação. Apesar de alguma melhora higiênica na condição das residências cariocas, obviamente, classes médias e altas não conseguiram adentrar o esperado padrão europeu, seja por sua própria arrogância, seja por uma certa ilusão em achar que o Rio de Janeiro poderia equiparar-se a um grande centro mundial, mesmo possuindo problemas característicos, que eram apenas afastados às margens e não resolvidos, de uma nação atrasada, pautada pela segregação e apoiada justamente na mão de obra gratuita de um escravo. Muitos desses problemas básicos apareciam com frequência assim que a cidade almejava-se alçar a um posto maior do que comportava, trazendo à tona uma rea-

lidade que desejava ser escondida na suntuosa Corte que almejava ser desenvolvida sem estrutura elementar, como nos mostra Sidney Chalhoub no seu *Cidade febril* (2017, p. 57) no trecho: “A febre amarela significava basicamente o oposto [da tuberculose]: além de não acometer Paris e deflagrar o Rio anualmente, era um verdadeiro flagelo principalmente para os imigrantes”.

O escrito de Chalhoub (2017) revela ainda muito mais sobre aquela sociedade que desejava imitar da forma mais parecida possível o modo de vida europeu, mas, ao buscar isso, desfez-se de qualquer planejamento mínimo capaz de abarcar a própria população e suas necessidades mais primordiais. Construíram-se as grandes avenidas da cidade logo em cima dos restos dos casebres pobres que antes habitavam o local; e o mesmo aconteceu com o centro da cidade, em que muitos políticos – destacando-se Barata Ribeiro – não mediram esforços para eliminar os cortiços que abrigavam uma severa quantidade de pessoas, tudo isso sempre respaldado pelas ideias higienistas que legitimavam tais atitudes. Assim, com foco na eliminação das chamadas à época “classes perigosas” do convívio comum, classes médias e altas do Rio de Janeiro marginalizaram moradores de cortiços e afins que, sem qualquer plano de habitação do Estado, rumaram para as encostas dos tantos morros da cidade. A cidade passou por sua revitalização aos moldes da capital francesa, tornando as avenidas largas, os parques extensos e a harmonia entre classes cada vez mais rara e complexa, revelando personagens, como Cândido Neves, que sobreviviam sem condições empregatícias nas margens com os escravos e outros integrantes dessas “classes temidas”.

CONCLUSÕES

Além dos já citados contos de Machado, há ainda outros capazes de representar tanto a classe média quanto seus conflitos, ou encontros, com outras camadas sociais à época machadiana. Muitas dessas histórias passam muito rapidamente pela condição financeira das personagens, não sendo este o foco principal, mesmo que, como já dito, tais personagens só possuíam a condição de dispor de momentos de ócio – em que se desenrolam os arcos – por conta do trabalho que empregam semanalmente. Há ainda em outros contos a coexistência de classes em um mesmo ambiente funcionando em prol do mesmo enredo, como é o caso de “Virgínius”, em que um advogado vai ao

interior do Rio de Janeiro solucionar um conflito entre um lavrador de baixa renda e o filho de seu “senhor”. O conto remonta a uma situação quase feudal em pleno século XIX, visto que há um grande senhor na comunidade, capaz de abarcar os necessitados em suas terras para um trabalho, a princípio por arrendamento e porcentagem, fazendo com que seja bem-visto até mesmo ao possuir escravos. Machado de Assis exalta tal questão em:

- É escravo de Pio?
- Escravo é o nome que se dá; mas Pio não tem escravos, tem amigos. Olham-no todos como se fora um Deus. É que em parte alguma houve nunca mais brando e cordial tratamento a homens escravizados. [...] Acreditarás tu que lhes é indiferente viver livres ou escravos na fazenda, e que esse estímulo não decide nenhum deles, sendo que, por natural impulso, todos se portam dignos de elogios? (ASSIS, 1994).

Essa figura funciona quase como um pai protetor aos seus apadrinhados, mesmo que Julião, um desses protegidos, não consiga sair debaixo das asas do Senhor Pio. O pai de Elisa permanece no terreno do senhor por anos, como ocorria muitas vezes na Europa medieval em que o sustento não se fazia senão com ajuda de um latifundiário com quem se dividiam os lucros e de quem jamais se conseguia ter independência. Cinco séculos após a derrocada dos feudos no oeste europeu, o Brasil ainda experienciava muito desse sistema econômico, seja por incapacidade do próprio Estado em propiciar ambiente financeiro favorável, seja pelo fato de a maior parte das terras estar concentrada sob domínio de poucos fazendeiros. Assim, Pio era um empregador capaz de gerir escravos e alocar espaços em suas terras para outras famílias, representando uma classe social mais elevada, Julião funcionando como o empregado de poucas economias e o advogado da Corte – com base na sua atenção à quantidade de dinheiro que iria receber por seus serviços – seria o personagem mais próximo do ideal de classe média disposto aqui.

Não tendo um nome definido na trama, o advogado é um desses relances de classe média presente nos contos de Machado de Assis, uma vez que sua situação não é tão explícita quanto a dos outros personagens, mas que, pelo contrário, fica evidente em alguns detalhes da narração. O advogado não é pertencente às camadas menos abastadas, uma vez que possui um diploma de ensino superior no curso de Direito – tão estimado à época – e, ao mesmo tempo, não é privilegiado a ponto de poder recusar uma considerável quantia

de dinheiro, apesar de que isso signifique ter de viajar por algum tempo até chegar ao local estipulado. É claro que o narrador atenta muito mais para o fato de o misterioso chamado atice a curiosidade do advogado do que para sua necessidade de trabalhar, embora os seus momentos de descansos e conversas com o amigo presentes na narrativa só possam existir em decorrência de o advogado possuir um emprego e um salário capaz de propiciar-lhe pequenos momentos de ócio.

Essa capacidade de dar uma pausa e ter um descanso do trabalho é um dos principais aspectos que diferenciam classes mais baixas e intermediárias: Julião parecia trabalhar incessantemente, o advogado trabalhava para poder ter esses momentos, enquanto Pio “apenas” administrava as situações na fazenda. Essa mesma situação semifeudal aparece no conto “O enfermeiro”, em que o personagem de Procópio Valongo passa a atuar profissionalmente como cuidador do coronel Felisberto em uma pequena vila, mais ao interior, na qual o coronel exercia influência considerável. O desenrolar da história não explora muito mais sobre esse modo de orquestrar as hierarquias no interior do estado fluminense, porém a ideia já está dada nesses dois contos supracitados acerca do funcionamento do interior do estado do Rio de Janeiro, com severas diferenças em comparação à Corte, que tornavam a situação ainda mais complexa. Se na cidade viam-se cópias europeias, no interior, privilegiavam-se o latifúndio e suas claras desmembrações que evidenciavam uma sociedade pautada pela posse de terras como definidor de poder, independentemente de cargos políticos e democráticos ou de instrução para tais cargos de autoridade.

Essas raízes do coronelismo que atingiria maior parte do país nos princípios da república – e viria a ser decisivo em momentos eleitorais – passavam justamente pelo poder de capital em uma sociedade feroz justamente contra sua principal força motriz representada pelos trabalhadores braçais e pelos escravos que, mesmo na base da pirâmide, eram os responsáveis por manter a engrenagem tão antiquada quanto antes. Obviamente, participar dessa maquinaria não era uma opção, pois escravos ainda eram escravos e trabalhadores livres ainda precisavam ter algum emprego, e, por conta disso, esse sustento vinha acompanhado de uma dependência infundável entre trabalhador e aquele que lhe “concede” a terra para colheita. Assim, se na cidade a situação era extrema, no campo não havia tanta diferença em termos de opressões que, de certa forma, eram um dos pontos mais característicos de uma nação repleta de questões sociais difíceis de ser completamente entendidas. O país experien-

ciava mudanças cada vez mais significativas e incapazes de abarcar todos os seus cidadãos; eram mudanças direcionadas para o benefício de poucos, contemplando interesses preestabelecidos para a manutenção da roda social conforme ela já estava disposta.

Assim, Machado, por meio de seus escritos, mesmo que curtos, representava muito dessa complexa cultura e de suas personagens distribuídas por classes sociais que coabitavam ambientes com diversas implicações para o desenrolar do país. É possível, a partir dessas leituras, perceber o quão únicas eram essas relações de dependência que, de tão cruas e brutais, remetiam a uma ancestralidade de séculos, momentos em que ainda havia hierarquia escravo e senhor e arrendamento de terras a preços impagáveis durante uma vida inteira. O Rio de Janeiro, não apenas por ser também a Corte, mas também por todas suas conjunturas, representava uma espécie de fotografia de um Brasil ainda não desperto à república, pautado pelo compadrio, pelo favor e pela submissão daqueles instalados em posições amorfas.

Desde Maria Olímpia, passando pelos favores da Sinhá a Damião, até chegar ao coronel Felisberto, Machado de Assis cria, a partir da realidade existente – ainda mais chocante quando se examina o censo de 1872 –, personagens dispostos nas mais distintas funções dentro da sociedade escravocrata. Os empregos desses sujeitos narrados, salvo as evidentes exceções de Cândido Neves e do advogado, quase não trazem implicações ao enredo diretamente, mesmo que todos os contos estejam ligados a desenrolares de seus ofícios, afinal, o “não fazer” só era permitido às classes mais altas. Machado traz uma cidade imersa em questões raciais e sociais que, ironicamente, almeja alcançar o mais alto patamar da vida europeia, porém incapaz de rever os próprios erros e abdicar de seus privilégios oriundos da opressão. A classe média aqui vista não é capaz de isenção de suas responsabilidades e, mesmo não sendo a detentora do capital necessário para efetuar mudanças de fato, acabava por ser uma das principais incentivadoras na manutenção de políticas discriminatórias, seja por puro deslumbre em um dia alcançar ascensões econômicas, seja por satisfação com as vantagens obtidas nesse jogo. Dessa forma, a negação passa a ser uma das principais características do Rio de Janeiro do século XIX, onde se nega a culpa e, com isso, impossibilita-se qualquer expectativa de avanço social em um futuro minimamente próximo.

The middle class of Machado de Assis

Abstract

This essay aims, through the examples of short stories written by Machado de Assis, to better understand the social gear that ruled the city of Rio de Janeiro, and the country in consequence, in the turn point to the 20th century. In a society recently freed from the slavery, the writer narrates characters who move through different social classes and, when in contrast, build the representation to be analysed here when looking for features at this time in which the country became a free republic, but unable to provide minimum social mobility.

Keywords

Machado de Assis. Society. Mobility.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. de. Páginas recolhidas. *In*: ASSIS, M. de. *Obra completa, de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994a. v. II. Disponível em: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/25_fcddef9a9bd325ad2003c64f4f4eb884. Acesso em: 30 set. 2020.

ASSIS, M. de. Relíquias da casa velha. *In*: ASSIS, M. de. *Obra Completa, de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994b. v. II. Disponível em: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/24_938f74988ddb449047ecc5c5b575985. Acesso em: 30 set. 2020.

ASSIS, M de. *Histórias sem data*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

ASSIS, M. de. *Várias histórias*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

ASSIS, M. de. *Virginius*. 1864. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000194.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, S. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. São Paulo: Graal, 1979.

NABUCO, J. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.